



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**

ANUÁRIO 2008

# FIGURA DO ANO

# Teixeira dos Santos

*“Não estamos aqui  
para salvar banqueiros”*



Armando  
Esteves  
Pereira

Eduardo  
Dâmaso

Miguel  
Alexandre  
Ganhão

Directores-adjuntos e Editor executivo  
do Correio da Manhã

O ministro das Finanças conta como viveu os primeiros dias da crise económica mundial, descreve os bastidores da nacionalização do BPN e torna claro que as famílias têm de aprender a viver com menos facilidade no acesso ao crédito.



ANUÁRIO 2008

Fernando Teixeira dos Santos viu as suas previsões para a economia portuguesa desabarem no dia 15 de Setembro, o dia em que o banco americano Lehman Brothers declarou falência. Os dias imediatamente subsequentes foram os mais difíceis do ministro das Finanças. Os cenários de crescimento foram rapidamente substituídos pela necessidade de salvar os depósitos de milhares de famílias da falência iminente de vários bancos.

#### Existiu algum receio do alarme social que poderia resultar da falência do Banco Português de Negócios (BPN)?

Sim. Pela dimensão da chamada operação de retalho que existia, pelos depositantes que tinha e também pela relevância das operações bancárias quanto ao crédito, com certeza que o colapso desta instituição teria um dano bem mais amplo. Seria algo que geraria um sentimento de alarme na generalidade dos portugueses. Se houvesse um colapso as pessoas interrogar-se-iam: 'Então os outros bancos, como é?' Isto podia gerar um fenómeno de desconfiança generalizada e de corrida aos depósitos que precipitaria uma grave crise no sistema financeiro.

#### Quando é que decidiu que era necessário nacionalizar o BPN?

Quando falamos em mercado financeiro estamos a falar de um sistema fiduciário cujo pilar fundamental é a confiança das pessoas nas instituições. Nós temos de assegurar que elas podem, e devem, continuar a confiar nas instituições. Estamos a viver momentos de dificuldades no mercado financeiro e quando eu digo às pessoas que essas dificuldades serão ultrapassadas é de facto para elas manterem essa confiança. O Governo fez uma declaração e cumpre esse compromisso, de que não deixaremos que os depósitos portugueses fiquem em perigo. Não deixaremos. E portanto, se me perguntam se há problemas ou não numa instituição, é preciso perguntar de que é que estamos a falar, porque problemas temos todos nós no nosso dia-a-dia. E têm as instituições, que estão confrontadas com um ambiente no mercado financeiro onde têm dificuldade em intervir. A questão que temos de colocar é esta: será que esses problemas têm uma dimensão tal, ou um desfecho tal, que vão pôr em pe-



## “Estamos a viver momentos de dificuldade no mercado financeiro”

rigo os depósitos das pessoas? A minha resposta é não! Porque nós estamos dispostos a fazer o que for possível para impedir que isso aconteça. Mesmo no caso do BPN, quando me interrogaram quanto a esta matéria, eu disse que não, porque a disposição do Governo era de que nunca permitiria que a evolução ou o decorrer dos acontecimentos no BPN chegassem ao ponto de pôr em perigo os depósitos das pessoas. E o nosso compro-

misso foi a ponto de tomarmos uma decisão, que veio a ser uma decisão de último recurso, que foi a nacionalização, mas chegamos até esse ponto para honrarmos esse compromisso que assumimos com os portugueses.

#### Mas não acha que, conhecendo alguns aspectos de gestão no BPN, e hoje é razoavelmente consensual dizer que os problemas do BPN não derivam da crise internacional, isso retira força à decisão de nacionalização e vulnerabiliza a posição do Governo no debate político?

Não. Há aqui dois problemas: um são os indícios de má gestão, de gestão danosa, e indícios de operações até de encobrimento e, eventualmente, de fraude no âmbito da gestão desta instituição, e isso



**“Nunca tive dinheiro aplicado no BPN ou no BPP. Não sou rico. Tenho poupanças aplicadas em depósitos”**

**“Posso ter perdido alguma coisa, mas tenho aplicações de baixo risco. Nunca tive aplicações no mercado de capitais”**

**“Não me posso queixar, a nível pessoal, dos efeitos da crise. Pago os juros mais caros. Sofro as consequências como qualquer português”**

**“Temos de combater o desemprego, combatendo os efeitos desta crise”**

O ministro das Finanças é um portista convicto. Teixeira dos Santos foi à final da Taça em que o Futebol Clube do Porto perdeu 2-0 com o Sporting. Mas o ministro não se queixa do árbitro. [O Porto] “teve o resultado que mereceu.”

está entregue à Justiça e a Justiça tratará de fazer o seu trabalho. Mas tínhamos aqui o problema de uma instituição na iminência de ruptura de pagamentos e de deixar de cumprir os compromissos para com os depositantes...

#### **...o Estado incluído?**

Está a pensar no depósito da Segurança Social. Mas a motivação não foi o Estado, não foi a Segurança Social. Posso assegurar-vos isso. A motivação que houve aqui foi a de honrar um compromisso que eu assumi no início de Outubro, numa declaração que fiz – e eu tinha consciência das consequências que traria – de que não

pelas vias normais e era praticamente impossível porque, estando a instituição insolvente, não haveria instituições financeiras dispostas a emprestar liquidez ao banco para ele honrar compromissos. O risco era elevado, eram operações que não fariam sentido. Nem o Estado, dado o risco óbvio, estaria em condições de dar garantias a essas operações, porque era

**“A nacionalização do BPN foi uma decisão de último recurso”**



permitiria que, de forma alguma, os depósitos dos portugueses fossem colocados em risco ou estivessem em perigo.

#### **Os 300 mil clientes contaram mais que o megacliente Estado...**

Mas com certeza. Eram 300 mil portugueses que tinham a expectativa legítima de que os seus interesses seriam defendidos, até porque o Governo se tinha comprometido e não podia ignorar esse compromisso. Era uma instituição na iminência de deixar de honrar esses compromissos, à qual foi dado algum apoio de liquidez logo durante algumas semanas para honrá-los, na expectativa de se encontrar uma solução que resolvesse também o problema de fundo, que era um problema de insuficiência de capital. Não foi possível o reforço do capital da instituição

assumir uma perda logo à partida. Para evitar o colapso da instituição, não restava ao Estado outra solução se não a nacionalização. Agora, há uma coisa que é preciso realçar e que existe muito no debate político, que é a ideia de que nós estamos aqui a falar de salvar os banqueiros. A preocupação destas medidas, seja no BPP seja no BPN, é defender os interesses dos portugueses que têm o seu dinheiro depositado nestas instituições.

#### **Quanto custará aos contribuintes a intervenção do Estado no BPN?**

Nós gostaríamos que esta fosse uma intervenção que no fim de todo o processo não tivesse custos. Isto é, há agora a preocupação de que – assumindo a gestão da instituição, repondo as condições de maior normalidade no seu funciona-



ANUÁRIO 2008

mento, de valorização dos activos que tem e, a partir daí, recuperar o valor da instituição – se minimize ou elimine eventuais custos que o Estado tenha de suportar. De qualquer modo, se nós deixássemos a instituição colapsar, todos nós íamos ter de suportar um custo.

**O BPN também tem um emaranhado de relações entre os accionistas e a holding. É uma teia muito difícil. Como é que vai ser feita essa separação entre o BPN e a SLN?**

Nós entregámos a gestão a uma equipa de profissionais da Caixa Geral de Depó-

**“Gostaríamos que, no fim do processo, a intervenção no BPN não tivesse custos ”**

sitos e não compete ao Governo interferir. Acho que até é bom o Governo não interferir nessa gestão. A actual administração do BPN tem um mandato que é, obviamente, defender a instituição, defender os interesses dos depositantes, defender o interesse do Estado, que agora é no fundo o accionista da instituição, valorizá-la e gerir estas relações que tem com a rede de clientes, entre os quais outras entidades que estão ligadas ao BPN.

**O ‘buraco’ do BPN era de 750 milhões, mas a Caixa já lá meteu mil milhões?**

Temos de distinguir entre o que é uma insuficiência de capital e perdas acumuladas, as chamadas imparidades, e as necessidades de injeção de liquidez para fazer face a problemas de tesouraria. E essa injeção de liquidez não representa necessariamente perdas de capital.

**A decisão de nacionalizar o BPN foi anunciada a 2 de Novembro, mas quando é que o Governo achou que não havia outra solução?**

Foi nessa semana. É evidente que, quando se assume o compromisso de defender os interesses dos depositantes, assume-se o compromisso de, se for preciso, ir até à nacionalização. No caso do BPN, houve a preocupação de evitar o colapso que resultasse em dificuldades de te-

**“A decisão mais difícil? Não foi fácil impor aos funcionários públicos um aumento de 1,5%”.**

**“O momento mais feliz? Comunicar à Comissão, um ano antes do previsto, um défice de 3%. O esforço valeu a pena”.**

**“Pelos meus antecedentes no Ministério fiquei particularmente contente com o encerramento do dossiê Cahora Bassa e o fim do diferendo com Moçambique.”**

**“Os piores dias da crise foram vividos após a falência do banco Lehman Brothers.”**





souraria. Daí, as operações de assistência de liquidez que foram feitas e, entretanto, à busca de reforço de capitais e, nas últimas semanas, a apresentação da proposta da administração. Primeiro, numa apresentação informal, o dr. Miguel Cadilhe propôs a injeção de capital por parte do Estado de 600 milhões, em acções preferenciais sem voto. Uma solução em relação à qual eu levantei na altura algumas objecções e tornei claro que a minha preocupação quanto ao BPN era defender os depositantes e os contribuintes portugueses, não envolvendo o Estado em operações que pu-

## “Miguel Cadilhe propôs a injeção por parte do Estado de 600 milhões”

dessem ser injustificadamente onerosas para o erário público. Aquela operação suscitava-me reservas, nos termos em que me era apresentada, mas, apesar de tudo ia ponderá-la em mais detalhe. Foi-me pedida urgência numa resposta e em três dias dei a resposta informal que achava que nós não estávamos em condições de aceitar aquela proposta. Sugeri algumas alternativas para ultrapassar a situação, uma operação harmónio no âmbito do grupo que pudesse reduzir as perdas, disponibilizei-me para ajudar o BPN a encontrar alguém ou uma entidade que pudesse adquirir ou comprar o banco. A administração recusou consi-

derar este tipo de alternativas, insistiu em apresentar-me formalmente a proposta que eu tinha acabado de rejeitar.

### **A administração de Miguel Cadilhe acabou por propor um plano que sabia antecipadamente que iria ser chumbado?**

Face a essa formalização da proposta, ela foi formalmente analisada quer pelo Tesouro quer pelo Banco de Portugal. No dia 31 de Outubro (sexta-feira) comuniquei formalmente que a solução proposta não podia ser aceite e, dado que não tinha havido abertura para soluções alternativas, não nos restava outra solução senão a nacionalização que foi feita logo nesse fim-de-semana imediato.

### **Como é que comenta a afirmação de Miguel Cadilhe, depois das negociações, segundo a qual a nacionalização foi uma opção política?**

Estas decisões são sempre políticas. Houve uma opção política logo no início que foi defender os interesses dos depositantes. Em coerência com essa opção política, tomámos esta decisão. Se falamos em opção política com outras conotações... não, de forma alguma, porque não é de ânimo leve que se toma a decisão de nacionalizar uma instituição, para mais num País que procurou, ao longo das últimas duas décadas, fazer um esforço de desestatização da economia e de entrega ao sector privado de instituições e sectores importantes da economia. Isto foi um percurso que o País fez nas duas últimas décadas, com governos do PSD e do PS. Eu, pessoalmente, tive um papel relevante nesse processo enquanto secretário de ▶

## “REDUZIMOS 51 MIL FUNCIONÁRIOS”

O Governo falhou no objectivo anunciado de reduzir a Administração Pública em 75 mil funcionários. Desde 2006, mais de 51 mil trabalhadores do Estado abandonaram os serviços. Teixeira dos Santos diz que “nunca tivemos uma redução desta magnitude. Estamos a falar numa diminuição de sete por cento, o que se traduz numa redução das despesas com

pessoal de 12,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2005 para 11,2 por cento no final de 2008”. Também a média etária na Função Pública é uma preocupação para o ministro: “Temos de melhorar a eficiência da Administração, para que a renovação feita possa permitir a entrada de pessoas mais novas e com outras valências e qualificações e isto melhora

com certeza a eficiência, porque com menos pessoal, mas melhorando as qualificações, conseguimos fazer tão bem ou melhor ao que se fazia antes.” Teixeira dos Santos não se compromete com números no que respeita à redução de efectivos do Estado para 2009, mas a tendência de emagrecimento é para continuar.





ANUÁRIO 2008

► estado há dez anos. Por isso não é fácil tomar uma decisão destas. Mas foi uma decisão que se impunha, porque havia aqui um interesse de 300 mil pessoas que tinham os seus depósitos nesta instituição que tinha de ser acautelado.

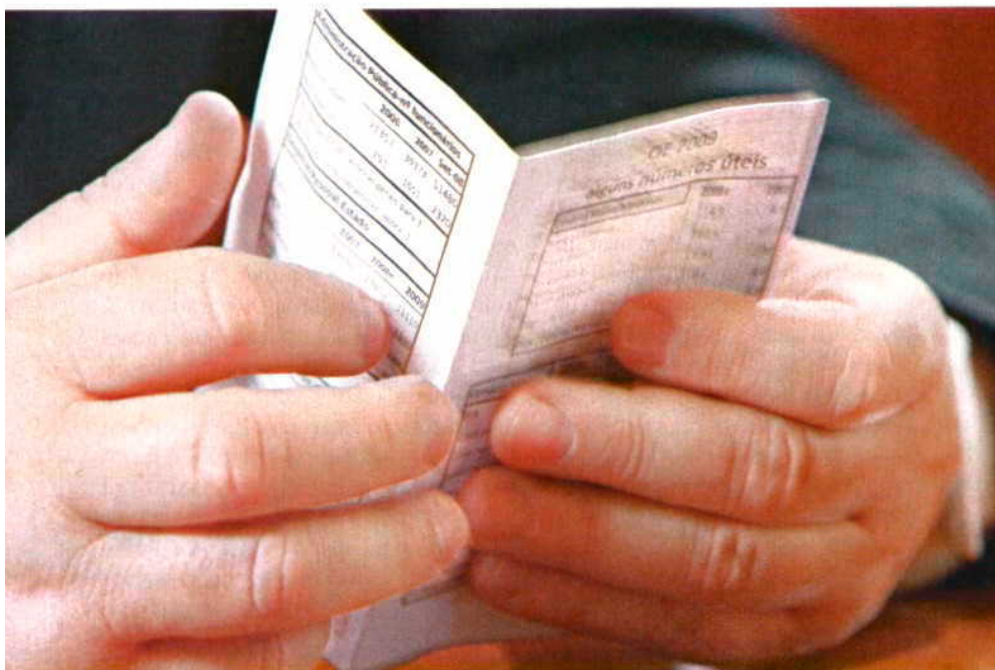
**Outro ponto de críticas neste processo foi a regulação do Banco de Portugal. Admite que há erros no modelo e admite alterações?**

Acho que uma das lições importantes a tirar desta crise financeira é que tem havido um padrão, e não é um padrão português, é um padrão internacional...

**Mas não acha que o modelo pode ser mais proactivo, acredita-se muito nos banqueiros...**

do desta crise financeira, todos nós temos de reavaliar este quadro regulatório e legislativo de referência e tirar as devidas lições. Temos tomado medidas que me parecem importantes, desde questões de transparência e informação, até ao agravamento do quadro sancionatório, sem esquecer o reforço da articulação e coordenação entre as instituições de supervisão. O nosso quadro de regulação e supervisão não é melhor

**“Disponibilizei-me para encontrar alguém que pudesse comprar o banco”**



Não é confiar só na boa-fé dos banqueiros. Temos de ter consciência de que a supervisão não é feita só pelo Banco de Portugal. Temos um primeiro nível de supervisão, que tem a ver com supervisão a nível interno. As instituições têm de ter mecanismos de controlo interno que acautelem os interesses dos accionistas. Por outro lado, muita da nossa regulação do sistema financeiro resulta de um plano inglês, o plano de acção dos serviços financeiros, lançado há dez anos pela Comissão Europeia e traduzido num conjunto de iniciativas legislativas e directivas comunitárias. No rescal-

nem pior do que os outros. É um bom quadro, sujeito há muito pouco tempo a um exame minucioso do Fundo Monetário Internacional, que durante cerca ou dois ou três anos escrutinou a regulação e supervisão do sector segurador, do sector do mercado de capitais e do sector bancário e fez uma apreciação muito positiva. Neste quadro, não temos insuficiências nem insuficiências em comparação com os sistemas mais avançados. Quando nos confrontamos com situações onde deliberadamente há fraude, há quem busque ludibriar as autoridades e aí estou inteiramente de acordo com o gover-







**“Confesso ter-me dado muita satisfação a existência de condições para aumentar a Função Pública.”**

**“A pen do Orçamento tinha proposta de Lei mas faltavam os mapas. Já pedi desculpa. Não foi um acto agradável”**

**“Estávamos a trabalhar no Orçamento quando se deu a falência do Lehman Brothers.”**

**“A minha mulher vive no Porto, tem lá a vida profissional. Andamos num vaivém desde '95, quando vim para Lisboa.”**

nador do Banco de Portugal: não há sistema algum que impeça que as fraudes sejam cometidas e possam ser encober-tas. E a supervisão financeira não é diferente das outras áreas da actividade policial e judicial. Quantos crimes não se cometem nas sociedades que são escondidos e nunca se descobrem?

#### **O ano de 2009 será de recessão para Portugal?**

Neste momento, nós temos tudo menos certezas quanto ao que pode vir a ser 2009. Mas, em 2009, vamos ter desaceleração significativa da nossa actividade económica neste quadro internacional. Tudo dependerá da capacidade que tenhamos de encontrar medidas de estímulo que contrariem aquilo que parece ser um agravamento das condições macro-

#### **“Quantos crimes não se cometem na sociedade e nunca se descobrem?”**

económicas que envolvem a nossa actividade com os efeitos que possa ter sobre a economia portuguesa. Neste quadro, por um lado, iniciativas que estão contempladas no quadro do orçamento, mas também a nível europeu – que espero venham a ter o apoio e o empenhamento dos líderes europeus – podem criar um clima de alguma reacção proactiva de contrariar aquilo que nós podemos chamar o evoluir normal das coisas. O que vai ser 2009 vai depender muito do nosso sucesso a reagir e resistir e contrariar esta conjuntura.

#### **No caso português, é investimento público contra a crise?**

Não necessariamente só investimento público. Temos de adoptar iniciativas que estimulem a economia quer através de possíveis estímulos que possam resultar de iniciativas públicas como de estímulos que possam eles próprios advir da iniciativa privada. Temos investimentos públicos pensados em sectores estratégicos da economia – energia, energias renováveis, barragens, alguns projectos de melhoria de eficiência energética quer a nível privado quer público, na área de





► telecomunicações, a rede de nova geração – que também envolvem esforço e investimento privados. Trata-se também de fazermos um esforço para criar um quadro que permita esses investimentos e acelerar os processos decisórios de toda a envolvente burocrática e administrativa.

#### **E para as famílias? É só o fundo imobiliário ou haverá mais algum apoio?**

Não. Para as famílias, naquilo que era a emergência de apoio para aliviar os encargos, nomeadamente nas prestações

### **“Instituições devem ter mecanismos de controlo para defender accionistas”**

quanto às subidas das taxas de juros, tomámos medidas importantes no quadro do IRS, que estão incorporadas neste orçamento para 2009, permitindo a majoração. Há prestações sociais que foram também reforçadas, nomeadamente para famílias mais carenciadas, o au-

mento do abono de família, o apoio escolar, o apoio no transporte... É um esforço financeiro significativo.

#### **Admite a baixa de impostos para empresas e famílias ou só para as empresas?**

Quanto às baixas generalizadas de impostos, tomámos já duas decisões que me parecem importantes e introduzem um alívio fiscal significativo – a descida

### **“O estímulo da economia não depende só do investimento público”**

do IVA e a descida do IRC para pequenas e médias empresas. Descidas de impostos de carácter generalizado e indiferenciado, tenho dúvidas de que possam surtir um efeito estimulante sobre a actividade económica.

#### **Mas admite medidas pontuais para apoiar as PME ...**

Não ponho de lado medidas de natureza fiscal que possam estar associadas a estímulos de investimento. Aí sim, mas não são medidas generalizadas. Temos de ver os impactos que essas medidas pontuais poderão ter de facto nas empresas, ao nível do emprego e do investimento. Se forem medidas que tenham impacto na medida de manter o emprego e o investimento, não tenho nada contra. Até parece que sou contra a descida de impostos... Já disse várias vezes que tomara que pudessemos baixar os impostos e todo o esforço que tem vindo a ser feito de consolidação e de reforço da saúde das Finanças é no sentido de criar condições para que esse alívio possa ser feito.

#### **Qual é a contribuição que o investimento público e privado pode ter na dinamização da economia em termos de PIB, em 2009?**

O que a Comissão e o Conselho sugerem é que esse esforço corresponda a 1,5 pontos do PIB, sendo que 1,3 corresponderão ao esforço mais europeu, centralizado ao nível de iniciativas da Comissão e do Banco Europeu de Investimento, ficando para os Estados-membros cerca de 1,2 pontos percentuais do PIB. ►



ANUÁRIO 2008



► Portugal, ao decidir avançar com a Iniciativa para o Investimento e Emprego, usa a margem orçamental de que dispõe. Os recursos envolvidos no conjunto das medidas decididas representam cerca de 1,25% do PIB. De acordo com as nossas estimativas, com este esforço adicional, a taxa de crescimento da economia poderá ser 0,7% maior do que seria se nada fizessemos. Além disso, contempla medidas importantes tendo em vista manter o emprego e estimular a criação de novos empregos – por exemplo, a redução da taxa de contribuição para a Segurança Social para os trabalhadores com mais de 45 anos em empresas de menor dimensão e a subsídioção e isenção da taxa de emprego de jovens ou desempregados de longa duração.

**A conjuntura internacional não dificulta os financiamentos dos investimentos previstos como o TGV e o aeroporto?**

Nós não temos uma necessidade urgente de financiamento para esses projectos no próximo ano...

**Em 2011 já não haverá limitações?**

Bem... será preocupante pensar num ho-

**“Até parece que eu sou contra a descida de impostos”**

rizonte de mais dois anos com esta situação nos mercados financeiros. Espero bem que a normalidade volte aos mercados bem antes disso, porque senão, aí é que a situação será mesmo muito séria. Já é séria, mas será mesmo muito séria. Creio que estas iniciativas e o esforço que está a ser feito, não só na Europa mas também nos Estados Unidos, de voltar à normalidade e ultrapassar esta situação de crise financeira, será relevante ao longo do próximo ano. Estas iniciativas, sobretudo a nível europeu, serão importantes. Uma coisa é certa: com certeza vamos ter um sistema financeiro que não funcionará nos moldes em que funcionou até agora. E é bom que assim seja, para evitar os problemas que houve.

**Agora apelando ao professor de Economia, como é que está a ver esta crise?**

Não a veria, nos seus traços essenciais,

de forma diferente daquela que a estou a ver. Ser professor ou economista já faz parte de nós, façamos o que fizermos, e portanto o facto de ser ministro ou de estar noutra tipo de funções não me retira esta componente que já está em mim, de formação, e que é uma forma de ver e de leitura da realidade. Com certeza que não a veria com o envolvimento que necessariamente como ministro das Finanças tenho nesta matéria. Sou actor deste processo porque tenho de intervir e tomar decisões e tenho consciência de que, pelo menos, no que diz respeito a Portugal a forma como enfrentamos isto e temos de resistir depende das minhas sugestões, das minhas decisões e daquilo que eu proponho ao Governo ou à Assembleia. E, portanto, eu sou um actor neste processo. Enquanto professor seria mais espectador.

**Não receia que a baixa de juros crie um subprime nas famílias portuguesas daqui a cinco anos, se os bancos continuarem a dar dinheiro, sem critério, com taxas baixas?**

O sistema financeiro funcionou à escala ►





▶ global nos últimos anos com insuficiente capacidade de avaliar os riscos e um quadro de regulação que confiava muito na auto-regulação. É de esperar que o sistema financeiro pautе a sua acção por uma gestão mais criteriosa de risco, entrando em menos aventuras de alavancagem fácil como ocorreu até agora. Do lado das famílias e, em particular, das que, num quadro de facilidade de acesso ao crédito a taxas de juros relativamente baixas, assumiram compromissos um pouco para além da sua capacidade real de rendimentos, deve haver alguma aprendizagem. Isto é, passados estes momentos de dificuldades, todas as pessoas terão de ponderar melhor os níveis de endividamento e a sua capacidade real de enfrentar os encargos que isso gera, porque também tomaram cons-

## “Todas as pessoas terão de ponderar melhor os níveis de endividamento”

ciência de que há riscos. Nós somos as primeiras vítimas das nossas próprias decisões e é disso que de uma forma geral todos temos de tomar consciência. É sempre fácil atirar responsabilidades. Não, as decisões começaram por ser nossas, quando nos endividámos de forma exagerada.

### **Sentiu-se injustiçado quando o ‘Financial Times’ o considerou o pior ministro das Finanças da Europa?**

Não dei qualquer relevância a essa notícia, porque penso claramente que não se trata de um exercício sério, objectivo e fundamentado de avaliação. Tem o seu quê de discricionário, de sobe e desce e foi feito com alguma ligeireza. Ser ministro das Finanças também não é um concurso de beleza. Ficaria muito mais preocupado se me dissessem que falhei a corrigir o défice ou na implementação da reforma da Administração Pública. Se fundamentassem uma apreciação dessas porque falhei em coisas dessa natureza, aí teria razões para ficar preocupado. Assim, não me incomoda absolutamente nada. |



# FACTO DO ANO

A prisão do ex-banqueiro e ex-secretário de Estado marcou o ano judicial em Portugal. E revelou um esquema de cumplicidades cuja dimensão está longe ainda de ser conhecida

## BPN

*O processo revolucionário que não está em curso*



Rui Ramos

Historiador e professor no Instituto de Ciências Sociais

Muitas coisas começam e acabam nos bancos – e não são apenas os depósitos e os empréstimos. Às vezes, são ideias, regimes ou situações políticas. A monarquia, em 1910, caiu enrolada no célebre escândalo do Crédito Predial Português, que comprometeu os mais elevados personagens da política do tempo. Depois, foi a vez da I República sair de cena com a grande fraude do Banco Angola e Metrópole, descoberta em 1925. Os bancos deram sempre sinal das tempestades políticas.

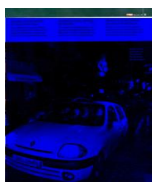
Não é por isso estranho que a “nacionalização” do Banco Português de Negócios, anunciada a 2 de Novembro, tivesse provocado tantas vertigens apocalípticas. Para uns, a pri-

meira apropriação estatal de um banco desde Março de 1975 pareceu o caminho de volta ao “socialismo”. A outros, o facto de tantas das caras do banco terem sido outrora caras de Governo fez pressentir o descrédito final de uma classe política – ou pelo menos de um dos seus partidos. Houve ainda quem detectasse no caso mais uma plataforma da suposta discórdia entre o Governo e o Presidente da República, ou até uma ocasião de vingança contra a actual direcção do Banco de Portugal.

HÁ RAZÕES PARA LER tanta coisa no caso BPN? Ainda não sabemos onde chegará, ou melhor, até onde é que a imprensa, o inquérito parlamentar e os juízes querem ou podem levar o ▶







ID: 23258013

28-12-2008 | Domingo

**OLIVEIRA E COSTA É DETIDO APÓS BUSCAS EM CASA**

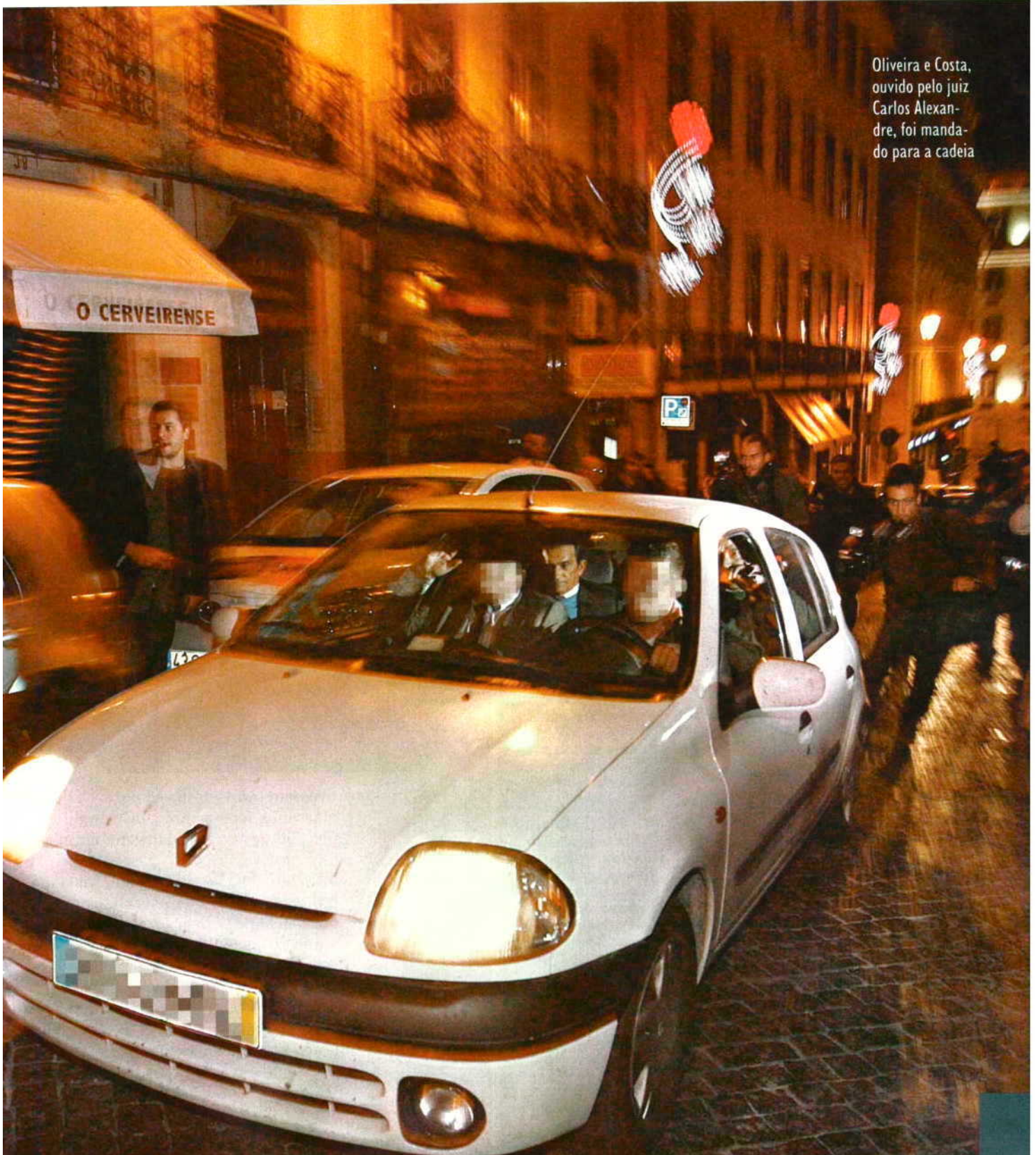
A 20 de Novembro o banqueiro é detido, após busca domiciliar, por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

**SEGURANÇA SOCIAL LEVANTA 300 MILHÕES**

Três meses antes da nacionalização, a Segurança Social levanta uma aplicação de 300 milhões no BPN. A tutela justifica que nada tem a ver com a situação do banco.

**SEPARAÇÃO DE BENS DEPOIS DA SAÍDA DA PRESIDÊNCIA**

Oliveira e Costa separa-se da mulher e transfere para o património desta os bens mais valiosos. Garante que nenhum património pessoal possa ser executado.



Oliveira e Costa, ouvido pelo juiz Carlos Alexandre, foi mandado para a cadeia





ANUÁRIO 2008

Frases do Ano

**CGD AVALIA ALIENAÇÃO**

A Caixa Geral de Depósitos está a analisar hipótese de venda do BPN.



“O Presidente da República não pode pactuar com insinuações ou mentiras que ponham, ou possam pôr em causa, o seu nome”

**ANÍBAL CAVACO SILVA**  
Presidente da República

“Sabemos que em um dos lados houve grave e demorada falha de supervisão”

**MIGUEL CADILHE**  
Presidente do BPN



“Manifestou o desejo de esclarecer todas as dúvidas”

**LEONEL GASPAR**  
Advogado de Oliveira e Costa

► “affaire”. Ao regime, talvez conviesse que fosse longe e fundo, para limpar o ar de suspeitas e especulações. Mas o retorno a 1975 será, de todos os desenlaces, o mais improvável. A estatização da Banca nacional, há trinta e três anos, foi decretada durante uma revolução. Acreditava-se então, à esquerda (mas também à direita), que o futuro estava na propriedade estatal dos “meios de produção”. Hoje, essa é uma crença extinta, apesar de o PCP e o BE terem aproveitado a “crise” deste ano para entrarem numa segunda infância marxista.

O GOVERNO REAGIU, no BPN, à possibilidade da falência num ambiente de “crise financeira mundial”. Este ano não foi só Sócrates que deitou a mão a bancos. É verdade que havia, em teoria, outras hipóteses, e que o Governo aproveitou a aprovação parlamentar da decisão para se munir de uma “carta de corso” para expropriações. Mas é duvidoso que o objectivo seja impor ao País o preâmbulo da constituição. Um facto permite medir a diferença: em 1975, a esquerda marxista festejou a apropriação da Banca; em 2008, protestou contra a “ajuda aos milionários”. O Mundo poderá tornar-se diferente do que é agora, mas continuará também a ser diferente do que foi no tempo do PREC.

A QUESTÃO LEVANTADA pelo caso BPN não é exactamente a de saber se o modelo sócio-económico em Portugal mudou, mas perceber o que ele é. O Governo não rompeu com qualquer política “liberal” que nunca existiu. Os reguladores falharam? Não foi porque não existissem, com as competências bastantes e boca suficiente para pedirem os recursos que lhes faltassem. Também não foi porque a ideologia e a prática vigentes no nosso país não

**RUI RAMOS**

“Para uns, a primeira apropriação estatal de um banco desde Março de 1975 pareceu o caminho de volta ao ‘socialismo’. A outros, o facto de tantas caras do banco terem sido outrora caras de Governo fez pressentir o descrédito final de uma classe política.”

Ao regime talvez conviesse que fosse longe e fundo, para limpar o ar de suspeitas e especulações. Mas o retorno a 1975 será, de todos os desenlaces, o mais improvável. A estatização da Banca nacional, há 33 anos, foi decretada durante uma revolução.”

“Em 1975, a esquerda marxista festejou a apropriação da Banca. Em 2008, protestou contra a ‘ajuda aos milionários’. O Mundo poderá tornar-se diferente do que é agora, mas continuará também a ser diferente do que foi no tempo do PREC.”

“Talvez nos desse jeito agora um PREC. Não o de 1975 (....) mas outro, que tivesse como objectivo deixar finalmente desenvolver-se em Portugal uma sociedade de cidadãos livres e capazes de iniciativas que dispensassem tantas ‘habilidades’, tantos ‘contactos’...”



**Houve protestos. Muitos. Mas o clima não foi de revolução, como há 33 anos, quando a Banca foi estatizada**

tivessem sido – desde sempre – a dos mercados fortemente constringidos por poderes e autoridades públicas.

NOS ÚLTIMOS ANOS, ficou à vista a influência de que o Governo (este ou outro qualquer) dispõe sobre negócios e iniciativas em Portugal. Alguém se esqueceu do papel, directo e indirecto, que lhe foi atribuído nas OPA de 2006-2007? Alguém precisa de ser lembrado da acção da CGD, o longo braço bancário do Governo? Antes da “nacionalização”, já empréstimos e “contas-correntes” faziam do Estado





ID: 23258013

28-12-2008 | Domingo

# 2009

## EM ANTEVISÃO

Por Tânia Laranjo



“Fui ao Banco de Portugal no dia 29 de Abril, às 16h00, para ser recebido pelo dr. António Marta”

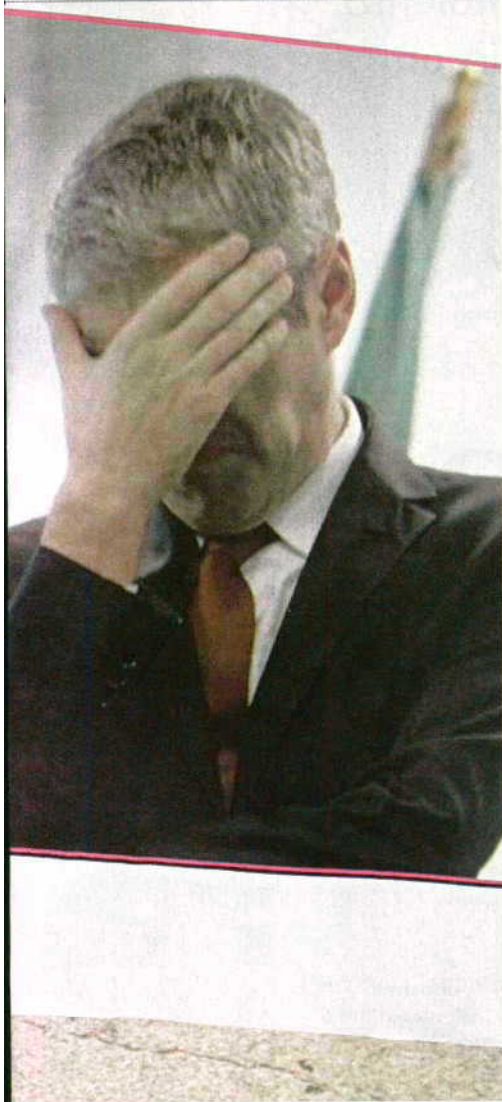
**MANUEL DIAS LOUREIRO**  
Empresário e ex-Ministro

“Sinto que o Banco de Portugal tem sido alvo de acusações caluniosas”

**VÍTOR CONSTÂNCIO**  
Governador

“O conceito que temos de crime económico não é igual ao resto do Mundo”

**PINTO MONTEIRO**  
Procurador-geral da República



um figurante do teatro do BPN. O BPN representa uma “falha do Estado” no sentido em que, no regime português, só acontece o que o Estado consente – expressamente ou por omissão.

O CASO DO BPN teve esta importância: demonstrou que o principal resultado da onipotência do Estado em Portugal não é a vigilância mais eficaz da legalidade e regularidade dos procedimentos, mas a promiscuidade entre política e negócios. Num país à mercê de quem governa e em que a despesa estatal equivale a 48% do PIB, deveremos ficar espantados por descobrir que, tal como no sul de Itália, o poder político se transformou numa das maiores “indústrias” nacionais? O que nos deixa uma questão: será “mais Estado” o melhor remédio para o que se suspeita ter sido criminoso ou eticamente impróprio?

MAS HÁ AINDA OUTRA interrogação. O caso afectou um dos poucos sectores da economia portuguesa – o dos serviços financeiros – que ganhara reputação de moderno e competitivo. Pelo que sabemos agora, nem tudo, em certos casos, parece ter sido possível sem alguns passos para além do que manda a prudência e a legalidade. Convinha esclarecer isso – a bem dos que, nesse meio, não usaram atalhos e resistiram às tentações.

NÃO ESTAMOS A VIVER nenhum PREC. Mas, quem sabe, talvez nos desse agora jeito um PREC. Não o de 1975, que só serviu para nos trazer até aqui, mas outro, que tivesse como objectivo deixar finalmente desenvolver-se em Portugal uma sociedade de cidadãos livres e capazes de iniciativas que dispensassem tantas “habilidades”, tantos “contactos”, e, no fim, o recurso fatal ao bolso dos seus compatriotas. |



**Julgamento.** Não será seguramente em 2009 que o caso chegará a julgamento. Trata-se de um processo especialmente complexo, cujos prazos podem ser prolongadas até um ano só para o inquérito, caso haja, como actualmente se verifica, suspeitos em prisão preventiva.

**Novas diligências.** A prisão de Oliveira e Costa foi apenas a primeira fase do inquérito, que nasceu da ‘Operação Furacão’. Agora, a análise da documentação apreendida, aliada à auditoria requerida por Miguel Cadilhe, poderá trazer novos dados ao processo. É provável que outros quadros do banco venham a ser constituídos arguidos, já que não é provável que apenas Oliveira e Costa estivesse envolvido num esquema complexo de branqueamento de capitais.

**Outros bancos.** O escândalo BPN pode ainda levar outras investigações à Banca. Aliás, na sua origem está precisamente isso mesmo, já que foi no âmbito da ‘Operação Furacão’ – desencadeada em 2005 – que as autoridades detectaram os indícios de uma gigantesca fraude. Nos últimos meses, as investigações aceleraram e as autoridades conseguiram reunir prova que indiciam gestão danosa num banco que viveu os momentos de ouro no final da década de 90.



Maria de Belém vai presidir à comissão parlamentar de inquérito ao BPN, que tomou posse no passado dia 16 de Dezembro.

Luís Caprichoso acompanhava Oliveira e Costa desde Aveiro e era o braço-direito do banqueiro nas offshores do BPN.







BPN ■ "A VERDADE SOBRE O DINHEIRO DOS CONTRIBUINTES NÃO É O QUE TEM SIDO DITO"

# Cadilhe responde a ministro

■ Presidente da SLN reage às declarações de Teixeira dos Santos sobre a nacionalização

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Miguel Cadilhe afirmou ao *Correio da Manhã* que o Governo teve "motivações políticas que nunca expôs clara e completamente" ao nacionalizar o Banco Português de Negócios (BPN). O presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) reage, assim, às afirmações de Teixeira dos Santos ao CM, em que diz que a administração do BPN não apresentou alternativas válidas para viabilizar a instituição.

"No dia 17 de Outubro, apresentei ao ministro um esquema de solução. Em 20, o ministro, ao telefone, rejeitou a nossa proposta", afirma Miguel Cadilhe. Acrescentando,

"contrariamente ao que afirma, o ministro não me apresentou várias contrapropostas. Em breves minutos, divagou, isso sim, sobre duas variantes da nacionalização, disfarçada de outros nomes. Primeiro, uma venda do BPN à Caixa, a mando do Governo. Segundo, uma 'operação harmónio', com os accionistas privados a sofrer a redução do capital e, depois, o Estado (pois quem haveria de ser?) a fazer o aumento. Os accionistas privados seriam flagelados por qualquer destas soluções."

No dia 24, a administração do banco entrega a Teixeira dos Santos o Plano BPN 23x8, com uma vertente conjuntural e outra estrutural.

"Tudo isto era uma proposta aberta a negociações. Contudo, o Governo negociou absolutamente

**"O Governo negociou absolutamente nada"**

Miguel Cadilhe



nada", diz Cadilhe, que refere ainda que "a verdade sobre o dinheiro dos contribuintes não é o que tem sido dito pelo ministro. A nossa proposta não punha os contribuintes a perder dinheiro. Ela pagava um preço pelo uso dos capitais públicos, seja como 'comissões de aval', seja como 'divi-

dendos preferenciais', dividendo variável e prémio de reembolso". "A nacionalização o que faz? O que paga? Exclui capitais privados e exige um esforço financeiro do Estado muito maior", diz Miguel Cadilhe (*leia na íntegra o depoimento de Miguel Cadilhe em [www.correiomanha.pt](http://www.correiomanha.pt)*). ■

## Os árabes inconsequentes

● Em relação a potenciais compradores para o BPN, Miguel Cadilhe é categórico ao afirmar que "o ministro também diz que se disponibilizou para encontrar alguém que pudesse comprar o BPN. Não tenho presente um tal gesto da parte dele. Talvez se referisse aos árabes, que, ao longo desses meses, intermitentemente, foram aparecendo com várias, inconsequentes, manifestações de interesse."

Cadilhe diz que foi "surpreendido" no dia 23 de Outubro por uma oferta de aquisição da CGD. "Resurgiu, assim, a nacionalização." ■

### ➤ PORMENORES

● **SOLUÇÃO CONJUNTURAL**  
Passava pelo aval do Estado e um apoio de seis bancos no montante de 500 milhões.

● **SOLUÇÃO ESTRUTURAL**  
Um misto de novos capitais privados (380 milhões) e acções preferenciais a subscrever pelo Estado (600 milhões), com um dividendo igual ao juro da dívida pública mais um por cento.

● **75% DOS VOTOS**  
A venda do BPN à CGD exigia 75% dos votos favoráveis dos accionistas da SLN SGPS.



BPN ■ MINISTRO CONTA TODOS OS PORMENORES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO

# Cadilhe forçou nacionalização

■ Finanças avisaram, por duas vezes, que não aceitavam solução proposta

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

A administração do Banco Português de Negócios (BPN), liderada por Miguel Cadilhe, queria que o Estado injectasse 600 milhões de euros no banco através de acções preferenciais sem direito a voto. Uma solução que foi rejeitada por duas vezes pelo Ministério das Finanças. Numa entrevista ao **Correio da Manhã**, que será publicada na revista do próximo domingo, Teixeira dos Santos conta todos os pormenores que levaram à primeira nacionalização de um banco depois do 25 de Abril.

“Sugeri várias alternativas para ultrapassar a situação”, afirma o ministro das Finanças. Teixeira dos Santos chegou a oferecer-se para encontrar “alguém ou uma entidade que pudesse adquirir ou comprar o banco”.

“A administração recusou considerar este tipo de alternativas, insistiu em apresentar-me formalmente a proposta que eu tinha

## ✚ PORMENORES

● **FALHA DE SUPERVISÃO**  
No dia seguinte à nacionalização, Miguel Cadilhe acusou o Banco de Portugal de “falha grave e demorada de supervisão”.

● **HIPÓTESE LÍBIA**  
Tal como o CM avançou em primeira-mão, o BPN foi uma das empresas indicadas pelo Governo português a investidores líbios próximos da família de Kadafi.

● **SEGURANÇA SOCIAL**  
Em Agosto, já com o banco a apresentar dificuldades no cumprimento dos rácios de solvabilidade, a Segurança Social levantou um depósito de 300 milhões de euros que tinha no BPN.

acabado de rejeitar”, afirmou aquele responsável.

Perante a gravidade da situação e a intransigência da administração do BPN, o Governo falou com o Banco de Portugal e comunicou, formalmente, no dia 31 de Outubro (sexta-feira) “que a solução proposta não podia ser aceite”.

Dois dias depois de avisada a administração do BPN, Teixeira dos Santos anunciou a nacionalização do banco. “Foi uma decisão que foi tomada nos cenários possíveis. Era uma solução que nunca esteve afastada”,

adiantou aquele responsável.

Para Teixeira dos Santos, as acusações de Miguel Cadilhe de que a nacionalização do BPN se tratou de uma “questão política”, merecem o seguinte comentário: “É evidente que isto é sempre uma opção política. Agora, se é uma opção política com outras conotações, não, de forma alguma, porque não é de ânimo leve que se toma a decisão de nacionalizar uma instituição, para mais num País que procurou, ao longo das últimas duas décadas, fazer um esforço de desestatização”. ■

**“É evidente que se tratou de uma decisão política”**



■ **Entrevista.** No próximo domingo não perca a entrevista ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na revista do **Correio da Manhã**.



JORGE PAULA

JORGE PAULA

MANUEL MOREIRA





# Crise na banca agravada por casos de polícia

**BURLA, EXCESSO DE RISCO e uma nacionalização. Estes foram alguns "ingredientes" que marcaram a banca em 2008.**

**Maria Ana Barroso**  
mabarroso@economicasgpps.com

*Se no caso do BCP não houve qualquer relação com a actual crise financeira, nos outros dois (BPN e BPP) o actual contexto apenas terá agravado e permitido que viessem a lume as fragilidades já existentes.*

O ano de 2008 ficará para sempre marcado no calendário da história financeira portuguesa. E a existência de uma crise no sector internacional acaba por parecer quase mera coincidência face aos acontecimentos ocorridos na banca nacional.

Este foi o ano em que antigos responsáveis do maior banco privado português foram notificados pelo Banco de Portugal. 2008 fica também marcado pela nacionalização de um banco (o BPN) e pelo facto de um outro banco ter de receber a ajuda do Banco de Portugal e de várias instituições privadas, não existindo sequer garantias de que possa ser salvo.

Se num caso, o do BCP, não houve sequer qualquer relação com a actual crise financeira, nos outros dois o actual contexto apenas terá agravado e permitido que viessem a lume as fragilidades já

existentes.

Excessiva exposição ao risco, no caso do Banco Privado, branqueamento de capitais e burla, no caso do BPN, ou manipulação de mercado e prestação de informação falsa, no BCP, são as suspeitas.

No caso do BPN, as perdas ocultadas colocaram a instituição numa situação de fragilidade que levou o Governo a optar pela nacionalização, sob pena de estar em causa o dinheiro dos depositantes ou de ser minada a confiança na banca nacional.

Já no BPP, começa agora a perceber-se que a crise financeira e a consequente queda das bolsas apenas trouxe ao de cima uma gestão do risco que poderá provar-se não ter sido a mais adequada.

Uma realidade que expôs algumas fragilidades do sistema financeiro e que lançou para discussão a

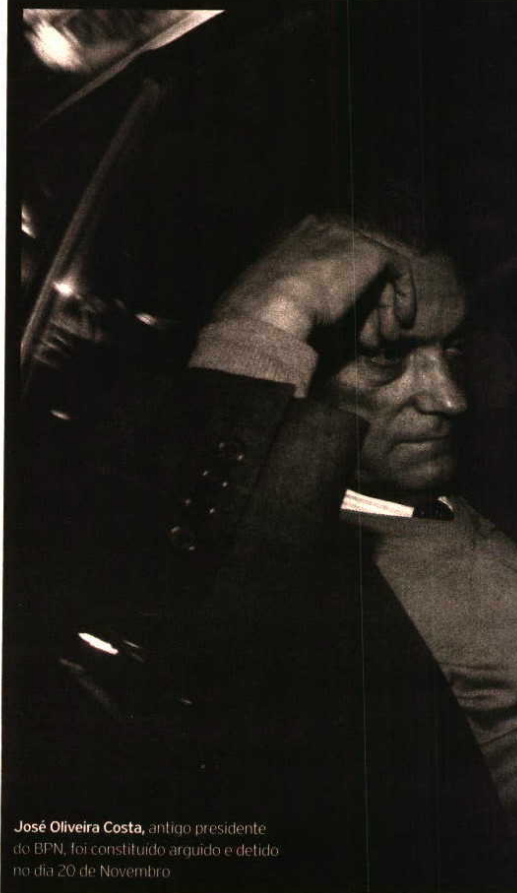
avaliação do trabalho feito em Portugal pela supervisão (ver texto ao lado). Provavelmente nunca como este ano se questionou e discutiu o trabalho dos supervisores financeiros, com a realização de uma comissão de inquérito ao BCP e a criação de uma nova comissão, para o caso BPN, já no mês de Dezembro.

O ano que aí vem será, por isso, determinante. Em primeiro lugar, porque deverá ser palco do desfecho final das investigações ao BCP. Ou seja, de quem será efectivamente incriminado. Mas também permitirá que se perceba qual será o destino quer do BPN, quer do BPP. Resultados que, juntamente com os efeitos da crise, poderão levar a que se repense e melhore a supervisão e o funcionamento do sector financeiro português. ■

2008  
**Facto e Personalidade**  
A crise no sistema bancário



Vitor Constâncio, governador do Banco de Portugal, foi alvo de duras críticas, após o estalar do caso BPN



José Oliveira Costa, antigo presidente do BPN, foi constituído arguido e detido no dia 20 de Novembro

## OS CASOS QUE AGITARAM PORTUGAL



**NACIONALIZAÇÃO DO BPN**  
Miguel Cadilhe

■ A 2 de Novembro, o Governo anuncia a nacionalização do BPN, a primeira desde 1975. As irregularidades e eventuais crimes cometidos no banco durante anos causaram um "buraco" financeiro superior a 950 milhões. Com a nacionalização, o modelo de regulação do Banco de Portugal tem estado debaixo de fogo.



**BPP PERTO DA FALÊNCIA**  
João Rendeiro

■ O Banco Privado Português informou o Banco de Portugal do seu "grave desequilíbrio" financeiro, o que exigiu um urgente plano de recuperação e saneamento. O banco gestor de fortunas foi salvo com um empréstimo de seis bancos, no valor de 450 milhões. Os riscos de contágio evocados suscitaram fortes críticas dos mais diversos quadrantes.



**GESTORES DO BCP ACUSADOS**  
Jardim Gonçalves

■ A acusação do Banco de Portugal a sete ex-administradores do BCP, entre os quais Jardim Gonçalves, Paulo Teixeira Pinto e Filipe Pinhal, e ainda a dois dos actuais directores-gerais foi outros dos momentos marcantes na banca nacional. Em causa estão infracções e actos ilícitos praticados entre 2000 e 2007. Também o próprio BCP foi notificado.





## Banco de Portugal sob ataque cerrado

Os casos BCP e BPN empurraram Vítor Constâncio para a ribalta.

Sandra Almeida Simões  
ssimoes@economicasgps.com

### Acusações

O que acha do papel do regulador? Quer no caso do BCP, quer no BPN, a resposta surgiu quase sempre acompanhada de duras críticas. Fernando Ulrich e Miguel Cadilhe protagonizaram algumas das declarações mais polémicas.

"É pena que as autoridades não tenham feito o trabalho de casa como deviam", referiu Fernando Ulrich, CEO do BPL.

"Houve falhas de vários lados, durante anos e anos. Sabemos que, em um dos lados, houve grave e demorada falha de supervisão. Uma falha de Estado, portanto", acusou o ex-ministro das Finanças.

Num ano marcado pela crise financeira, que abalou os dois lados do Atlântico e afectou o normal funcionamento do sistema bancário, o papel dos supervisores e reguladores foi amplamente debatido e criticado.

Em Portugal, foi a actuação do Banco de Portugal e o seu modelo de regulação que suscitou críticas de vários quadrantes, sobretudo após os recentes casos do BCP e do BPN. De tal forma que até surgiram apelos à criação de um processo de averiguação externo ao órgão de supervisão, tal como à demissão do próprio governador da instituição.

Assim, em 2008, os holofotes centraram-se em Vítor Constâncio. A supervisão prudencial, que visa garantir a solidez do sistema financeiro, é uma das principais missões de Constâncio. E foi precisamente nesta matéria que o governador foi acusado de "acção tardia" e até mesmo de "falha". Acusações que surgiram nas irregularidades ligadas a sociedades 'off-shore' no BCP e que, mais recentemente, se repetiram com as contas do BPN e que estiveram na origem da sua nacionalização.

Vítor Constâncio foi categórico nas respostas às várias acusações, rejeitando sempre a ideia de que o banco central tenha sido "condescendente" em qualquer um dos casos. Para o governador, as irregularidades foram complexas e difíceis de detectar.

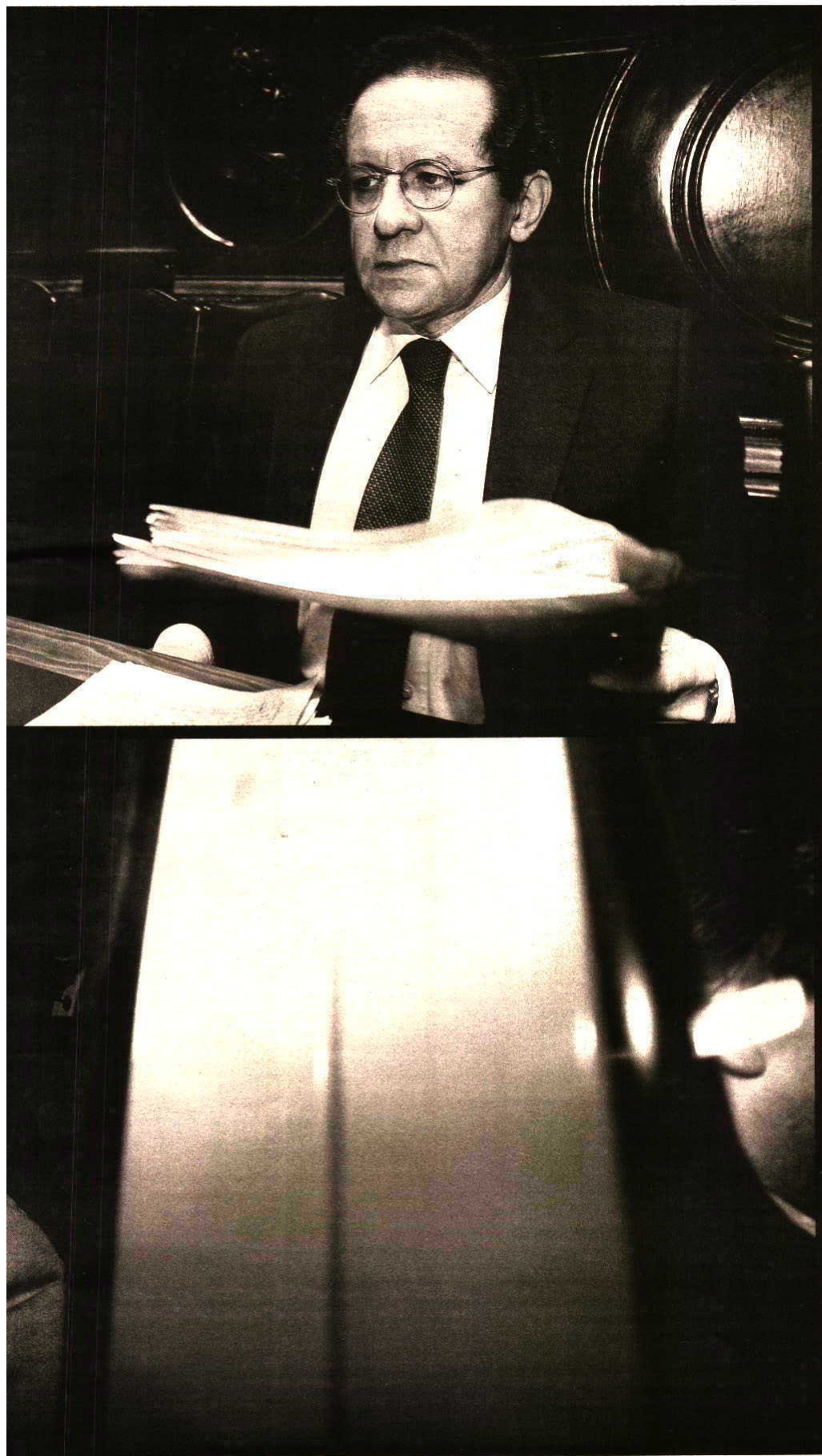
As principais críticas vieram da oposição política e da opinião pública, enquanto a banca apenas se manifestou através de vozes isoladas, como a de Fernando Ulrich.

Entre os que se insurgiram em defesa de Vítor Constâncio, destaca-se o primeiro-ministro, que renovou o seu voto de confian-

ça no "polícia" do sector bancário.

Perante todo este cenário, que denunciou a fragilidade do sistema, as atenções estarão, no próximo ano, centradas na reforma do desenho da supervisão do sector bancário. Com o objectivo de melhorar a vigilância e evitar situações idênticas no futuro, os primeiros passos já foram dados. O Governo aprovou um conjunto de medidas para disciplinar o sector financeiro. Destaca-se o reforço do papel dos supervisores e o agravamento das coimas, para além de estarem previstas penas de prisão para crimes de mercado.

Entre as várias medidas que serão discutidas em 2009, surgem ainda propostas defendidas pelo governador do Banco de Portugal, como a colocação de equipas permanentes de supervisão dentro dos maiores bancos, para facilitar o diálogo, e a criação de um incentivo financeiro para os denunciadores. ■



Julio Paulo Dias

Paulo Alexandre Coelho



**CRISE****Nacionalização  
do BPN e plano  
de ajuda ao BPP**

LUIS ANICETO



Foi no início de Novembro que o ministro das Finanças propôs ao Parlamento a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), que acumulou perdas de 700 milhões de euros e que passou a ser gerido pela Caixa Geral de Depósitos. Seguiram-se as detenções por alegada burla, incluindo a do fundador do grupo Sociedade Lusa de Negócios, Oliveira Costa. No mês seguinte, foi a vez do Banco Privado Português pedir ajuda para ultrapassar a crise. Seis bancos disponibilizaram-se a apoiar o BPP com um empréstimo de 450 milhões de euros.





# Miguel Cadilhe abandona presidência da SLN

**Carvalho das Neves** sucede ao ex-ministro das Finanças na liderança do grupo que detinha o BPN

**CÁTIA SIMÕES**

catia.simoies@sol.pt

A ADMINISTRAÇÃO da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) decidiu substituir Miguel Cadilhe no cargo de presidente da comissão executiva do grupo. A 'cadeira passa agora a ser ocupada por João Carvalho das Neves, que já fazia parte da equipa do antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva.

Cadilhe abandonou a presidência do BPN após a sua nacionalização, mas mantinha-se à frente da SLN. Agora, abandona o cargo de presidente, mas continua no grupo como *chairman* e administrador

não-executivo no conselho de administração. A decisão surge após a assembleia-geral de accionistas do passado dia 18. Em comunicado, a SLN avança que «**são administradores não-executivos Miguel Cadilhe, Adelino Silva, Almino Silva e Manuel Meira Fernandes, e administradores executivos João Carvalho das Neves, António Vila Cova e João Vicente Ribeiro**». O número de membros da comissão executiva passa de cinco para três e as mu-

danças visam «**responder à nova realidade do grupo após a nacionalização do BPN**».

O grupo vai agora focar-se no futuro, apostando na área da saúde – que já garantiu não vender – e na alienação de empresas. Miguel Cadilhe já admitiu manter a actividade da seguradora da SLN, a Real Seguros, deixando cair o processo de venda. Ainda assim, a decisão final só será tomada depois de concluída a avaliação da proposta de

compra da seguradora, que a SLN se comprometeu a analisar até ao fim do ano.

O BPN foi nacionalizado pelo Governo em Novembro, depois de ter sido revela-

A SLN vai apostar na área da saúde e na venda de outras empresas

do um buraco financeiro de 700 milhões de euros. O banco, que era liderado por Miguel Cadilhe, passou a ser gerido por Francisco Bandedeira, da Caixa Geral de Depósitos (CGD), e está a decorrer um processo de saneamento das contas. Ainda não foi possível apurar qual a dimensão da alegada fraude levada a cabo por José Oliveira e Costa. O ex-presidente do BPN, que abandonou o cargo alegando motivos de saúde, já foi detido pelas autoridades e é acusado de fraude.





SLN ■ NOVO PRESIDENTE EXECUTIVO DO GRUPO É PROFESSOR DO ISEG

# Carvalho das Neves substitui Cadilhe

■ Ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva mantém-se como administrador não-executivo

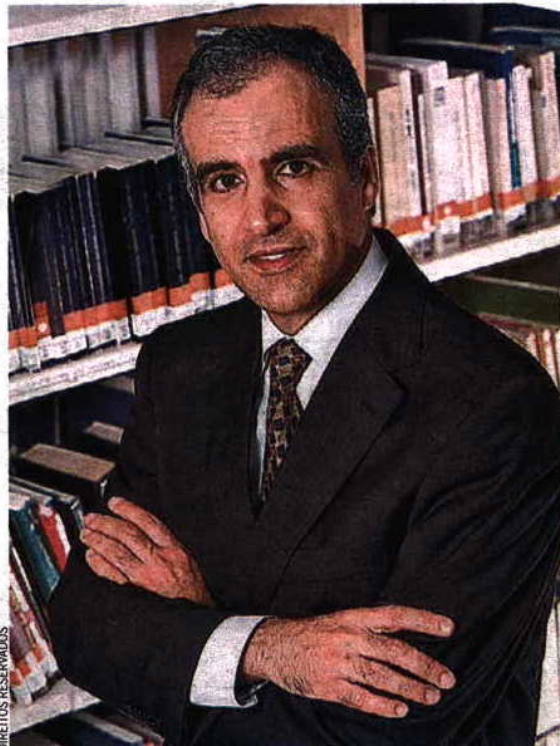
● PEDRO H. GONÇALVES

João Carvalho das Neves é o novo presidente da Comissão Executiva da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), holding que detinha o Banco Português de Negócios (BPN), substituindo no cargo Miguel Cadilhe.

O antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva, que se recusou a ficar à frente do BPN depois da nacionalização, abandona agora a liderança do Conselho de Administração da SLN, mantendo-se, no entanto, como administrador não-executivo.

João Carvalho das Neves já fazia parte da equipa de Miguel Cadilhe, e passa agora a presidente da Comissão Executiva do grupo. O novo líder da SLN é professor catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão, especializado em Gestão e, segundo comunicado ontem divulgado pela SLN, "com obra publicada muito relevante na área financeira".

A decisão surge na primeira decisão do grupo depois da assembleia geral de accionistas, que se realizou a 18 de Dezembro. Segundo informa a SLN, o número de elementos da Comissão Executiva passa de cinco para três, mantem-



João Carvalho das Neves já fazia parte da equipa de Miguel Cadilhe na Sociedade Lusa de Negócios



## 🔍 PORMENORES

### ● ASSEMBLEIA

As alterações têm presentes as propostas apresentadas na Assembleia Geral da SLN realizada a 18 de Dezembro num hotel em Lisboa.

### ● CONSULTOR

João Carvalho das Neves também desenvolveu actividade como consultor para diversas empresas, como a Espírito Santo Dealer, REN, Semapa, SIBS e Sonae.

### ● ADAPTAÇÃO

O grupo SLN irá agora apostar numa estratégia de futuro, com particular atenção para os negócios no sector da saúde e venda de empresas.

do-se a equipa no Conselho de Administração, embora com ajustamentos. "São administradores não-executivos Miguel Cadilhe, Adelino Silva, Almiro Silva e Manuel Meira Fernandes e administradores executivos João Carvalho das Neves, António Vila Cova e João Vicente Ribeiro", lê-se no comunicado. As alterações na estrutura de topo da SLN resultaram de uma proposta do PCA para "responder à nova realidade do grupo após a nacionalização do BPN." ■





## Miguel Cadilhe afasta-se de funções executivas na SLN

■ Miguel Cadilhe deixa de ser o presidente executivo da SLN. O conselho executivo da antiga holding do BPN foi reduzido de cinco para três elementos, presidido por João Carvalho das Neves. Miguel Cadilhe mantém-se como presidente do conselho de administração (chairman), mas abandona as funções executivas. As decisões, ontem anunciadas, foram tomadas no seguimento da assembleia geral de accionistas da SLN SGPS, realizada a 18 de Dezembro, em Lisboa. O antigo ministro das Finanças e antigo presidente do Banco de Fomento Nacional dá assim mais um passo no seu afastamento de um



**Miguel Cadilhe**  
presidente da SLN

grupo para o qual foi eleito a 20 de Junho último. O seu projecto era recuperar e viabilizar o BPN. Para isso mandou fazer auditorias e procurou envolver os accionistas. Realizou a primeira tranche de um aumento de capital - no valor de 300 milhões -, denunciou actos ilícitos às autoridades e propôs um plano de salvação do banco ao Governo. O Banco de Portugal, alarmado com a situação detectada pela nova administração, aconselhou o Governo a nacionalizar o BPN. Miguel Cadilhe, desiludido, deixou, primeiro, a presidência do banco e, agora, da SLN. A pergunta que se coloca é: qual será o passo seguinte?

**Francisco Ferreira da Silva**



ID: 23275101

30-12-2008

## REESTRUTURAÇÃO

# Miguel Cadilhe admite manter actividade seguradora na SLN

## O gestor deixa funções executivas, dando lugar a Carvalho das Neves



Pedro Elias

**Miguel Cadilhe** | O antigo ministro das Finanças vai permanecer no grupo, como presidente não executivo do conselho de administração.

**Maria João Gago**  
mjgago@mediainfin.pt

A administração da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) admite manter a Real Seguros no universo de participadas do grupo, deixando cair o processo de venda da companhia. Segundo revelou Renato Homem, presidente da SLN Investimentos, ao **Negócios**, a sociedade gestora de participações sociais (SGPS) está a "ponderar ficar com o negócio segurador". A decisão final só será tomada depois de concluída a avaliação da proposta de compra da seguradora que a SLN se comprometeu a analisar até ao final deste ano, por uma equipa de gestão em que Miguel Cadilhe deixou de ter funções executivas.

A passagem de Cadilhe a presidente não executivo, ficando a liderança executiva nas mãos de João Carvalho das Neves, surge na sequência da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN). Além desta alteração, o conselho de administração da SLN decidiu ainda reduzir o número de administra-

dores executivos de cinco para três, entre os quais o presidente, de acordo com um comunicado emitido ontem pela "holding". Os restantes gestores com funções executivas são António Vila Cova e João Vicente Ribeiro.

A redução da comissão executiva da SLN visa contribuir para a diminuição de custos da SGPS que é uma das metas do programa de racionalização do grupo aprovado na assembleia geral de 18 de Dezembro. De acordo com as orientações estratégicas pós-nacionalização do BPN propostas por Cadilhe, o gru-



**A redução do número de membros da comissão executiva da SLN de cinco para três elementos visa contribuir para a redução de custos do grupo.**

po vai concentrar a sua actividade na área da saúde. Isto apesar de a SLN ter recebido mais de uma dezena de propostas de compra para o Grupo Português de Saúde (GPS), para a totalidade do negócio ou só para algumas áreas ou clínicas que o integram.

### Primeira alienação será na área das tecnologias

Afastada a venda do GPS e com a operação relativa à Real Seguros em reavaliação, a primeira operação de alienação a ficar fechada será a da I2S, uma empresa que desenvolve



**A venda da I2S, empresa de 'software' de seguros será feita através de um MBO, cuja concretização aguarda apenas acordo sobre aspectos finais do contrato.**

"software" para companhias de seguros e que presta serviços a empresas de todo o mundo. O negócio, que vai implicar a compra dos 51% detidos pela SLN por parte da gestão (operação designada de "management buy out" ou MBO), está já na fase da redacção do contrato.

O MBO deve ficar fechado até ao final do ano, uma vez que a assinatura do contrato está apenas pendente da negociação de aspectos finais do contrato, adiantou Renato Homem.

Na área dos vinhos, sector em que a SLN controla a Murganheira, Raposeira e Tapada do Chaves, a gestão agora liderada por Carvalho das Neves está a avaliar duas propostas equivalentes, admitindo-se que a escolha do comprador possa ser decidida nos próximos dias.

Entretanto, ficará ainda clarificado o futuro da Real Seguros, cuja venda se complicou com a nacionalização do BPN, que manteve o controlo da Real Vida e que afastou da esfera de competências da SLN o controlo sobre a rede de distribuição da companhia não vida.

## Nacionalização do BPN foi "política"

**➔** Miguel Cadilhe voltou a criticar a nacionalização do BPN, que diz ter tido "motivações políticas", em reacção à entrevista do ministro das Finanças ao "Correio da Manhã". Teixeira dos Santos afirmou ao diário que a nacionalização aconteceu porque a administração de Cadilhe não apresentou alternativas válidas para viabilizar o BPN. Por seu turno, o gestor contrapõe que a alternativa apresentada "foi submetida ao preconceito de quem a não desejava. Mesmo antes de a apresentarmos, já a decisão da nacionalização estava tomada pelo Governo. Porquê?", questiona numa nota enviada ao CM. Na mesma missiva, Cadilhe revela ainda que, além de propor a entrada do Estado no capital do BPN, a gestão estava a negociar um empréstimo de 500 milhões com um consórcio de seis bancos.



ID: 23275101

30-12-2008

**SLN**

## Miguel Cadilhe passa liderança executiva a Carvalho das Neves

➔ Gestão pondera deixar cair venda da Real Seguros **Pág. 16**





## CADILHE JÁ NÃO É PRESIDENTE DA SLN

Miguel Cadilhe deixou de ser o presidente executivo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), cargo que acumulava com o de presidente do Conselho de Administração do grupo, sendo substituído por João Carvalho das Neves.

Em comunicado, a SLN, SGPS (entidade que controla o banco BPN) indica que "aprovou as alterações na composição da Comissão Executiva" na sua primeira reunião "após a assembleia-geral de accionistas do passado dia 18 de Dezembro".

No Conselho de Administração, acrescenta a nota, "mantém-se toda a equipa", mas com a seguinte composição: "São administradores não executivos Miguel Cadilhe (PCA), Adelino Silva, Almiro Silva e Manuel Meira Fernandes e administradores executivos João Carvalho das Neves (PCE), António Vila Cova e João Vicente Ribeiro".





**Polémica.** Assembleia regional pede intervenção do Tribunal Constitucional

# Madeira contesta nacionalização do BPN

Deputados madeirenses dizem não ter sido ouvidos no processo

LÍLIA BERNARDES, Funchal

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira (ALM) requereu ao Tribunal Constitucional (TC) que declare, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que nacionaliza o capital social do Banco Português de Negócios, S.A., e aprova o regime jurídico de apropriação pública por via de nacionalização. Principal fundamento: o Parlamento madeirense não foi ouvido.

Os fundamentos apresentados no documento citam o artigo 229.º, n.º 2, da Constituição, que estabelece que “os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente a questões da sua competência respeitantes às Regiões Autónomas, os órgãos de Governo Regional”.

Essa obrigatoriedade de audição é reiterada no artigo 89.º, n.º 1, do Estatuto Político-Administrativo da Madeira, onde se prescreve que “a Assembleia e o Governo da República ouvem os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma sempre que exerçam poder legislativo ou regulamentar em matérias da respectiva competência que à Região digam respeito”. Este dever de audição dos órgãos próprios das regiões, “deve ser



Miguel Mendonça, presidente do Parlamento madeirense

cumprido de modo a garantir que as Regiões Autónomas são efectivamente ouvidas”, assegurando “que as suas sugestões possam ainda ser tidas em conta”, alega o documento.

No caso vertente, para efeitos dos motivos de consulta obrigatória pelos órgãos de soberania, constituem matérias de interesse específico, designadamente, a “orientação, direcção, coordenação e fiscalização dos serviços e institutos públicos e das empresas nacionalizadas ou públicas que exerçam a sua actividade exclusiva ou predominantemente na Região, e noutros casos em que o in-

teresse regional o justifique”.

A este respeito o Parlamento considera esclarecedor o Acórdão n.º 130/2006, que coloca, como “condição infringível” ao dever de audição, que esta se faça com a antecedência suficiente sobre aquela data, por forma a propiciar ao órgão regional o tempo necessário para um estudo e ponderação das implicações, para os interesses regionais, dos preceitos em causa. Ora, a ALM não foi ouvida no procedimento legislativo que culminou com a aprovação e consequente publicação da lei que nacionalizou o BPN. ■





# Miguel Cadilhe sai da liderança executiva do Grupo SLN

Cristina Ferreira

A nacionalização do Banco Português de Negócios foi um dos factores essenciais para as mudanças na liderança da Sociedade Lusa de Negócios

● João Carvalho das Neves, economista e revisor oficial de contas, vai assumir a liderança da comissão executiva da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), funções que até agora foram ocupadas por Miguel Cadilhe, que se manterá como "cabeça de cartaz" da empresa. As alterações nos órgãos sociais surgem no quadro da redução do património da SLN, que perdeu o seu activo mais importante, o Banco Português de Negócios (BPN), alvo de nacionalização.

O ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva, nomeado em Junho para chefiar a reorganização do grupo SLN, deixa a comissão executiva, mas manter-se-á na presidência do conselho de administração da holding, onde terá funções não executivas. A definição e aprovação da estratégia do grupo é da competência do órgão encabeçado por Miguel Cadilhe, que terá ainda, entre outros pontos, de pronunciar-se sobre a eleição dos novos administradores das participadas. Miguel Cadilhe vai ser substituído na gestão corrente pelo administrador João Carvalho das Neves, que já integrava a comissão executiva, estrutura que passa a contar apenas com três elementos (para além de Cadilhe, sai ainda Manuel Meira Fernandes, que se manterá na administração).

Carvalho das Neves é catedrático



Cadilhe passa a chairman

de Finanças Empresariais, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), e consultor nas áreas de sistemas de controlo, fusões e aquisições, e avaliações de empresas.

## Mudança estava em curso

Fonte oficial da SLN explicou ao PÚBLICO que a mudança de cadeiras estava já em curso e tinha sido anunciada aos accionistas há várias semanas, na medida em que Cadilhe "há já algum tempo que vinha alertando para o facto de o número de gestores [cinco] já não ser o adequado, defen-



Carvalho das Neves passa a assumir a liderança executiva do Grupo Sociedade Lusa de Negócios

do uma redução".

A formalização desta solução estava dependente da aprovação da assembleia geral realizada no passado dia 18, que decidiu diminuir o número de executivos de cinco para três elementos (Carvalho das Neves, António Vila Cova e João Vicente Ribeiro). O conselho de administração, para além de Cadilhe, de Meira Fernandes e dos três executivos, integra ainda Adelino Silva e Almiro Silva.

Na última reunião magna os accionistas presentes (representando mais de 80 por cento do capital) questionaram ainda o nível de remunerações associado à gestão, isto tendo em conta as alterações patrimoniais que o grupo sofreu com a nacionalização do BPN.

A passagem para o universo da CGD do BPN, alvo de alegada fraude por parte da anterior administração encabeçada por José Oliveira Costa, e a redução dos activos do grupo, adiantou a mesma fonte, "justificaram uma mudança na estrutura das equipas de gestão e das instalações de modo a adequá-las a uma nova dimensão empresarial". "E é isto que está a ser feito."

A escolha de Carvalho das Neves fica a dever-se ao facto de os principais activos do grupo estarem localizados em Lisboa. Na última assembleia, os accionistas da SLN aprovaram um plano estratégico que passa por centrar a actividade do grupo no negócio da saúde (Grupo Português de Saúde), bem como em outras operações rentáveis, e alienar os negócios dos seguros, dos cimentos e agro-alimentar, entre outros. A SLN controla centenas de empresas e é responsável pelo emprego de cerca de seis mil pessoas em vários sectores de actividade.





BANCO DE PORTUGAL

# Quem avalia a supervisão do Banco de Portugal? Finanças e auditor divergem



”

O conselho de auditoria tem competências específicas ao nível do acompanhamento do funcionamento do Banco de Portugal.

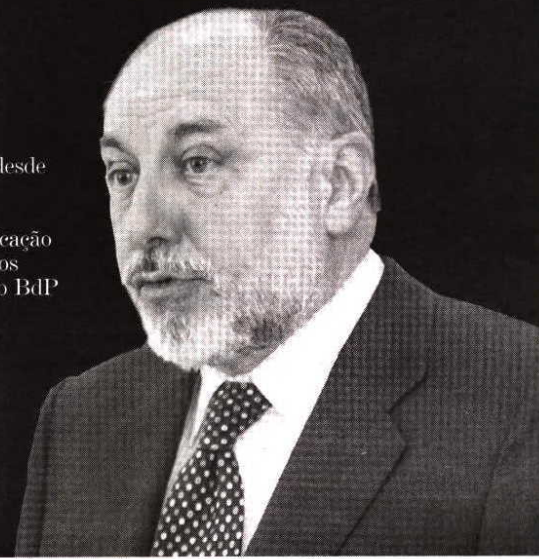
Tem competências para, se necessário, advertir o órgão de administração relativamente a qualquer áreas de actuação, incluindo a de supervisão.

**Ministério das Finanças**

”

É entendimento do CA (e prática desde início) que (...) não lhe cabe a pronunciar-se sobre a estratégia, os critérios de oportunidade, a aplicação e medidas das sanções, nem sobre os conteúdos normativos emitidos pelo BdP no exercício da supervisão.

A figura do não-executivo independente, que a doutrina da "governance" actual reclama, não se encontra reflectida na Lei orgânica do BdP.

**Emílio Rui Vilar**  
Presidente do Conselho de Auditoria do BdP

O desempenho da supervisão não é avaliado por qualquer órgão interno independente. Finanças dizem que o Conselho de Auditoria o pode fazer. Vilar discorda e diz que esta nunca foi a prática

**Rui Peres Jorge**  
rjorge@mediafin.pt

O Ministério das Finanças e o auditor escolhido por si para o Banco de Portugal não se entendem quanto à abrangência das funções do Conselho de Auditoria do órgão de supervisão bancária nacional.

No entender de Fernando Teixeira dos Santos, o CA tem competências para controlar o desempenho do BdP em todas as áreas de actuação do banco – incluindo a de supervisão – e advertir Vítor Constâncio sobre qualquer tema que julgue oportuno. Já o presidente do Conselho de Auditoria, Emílio Rui Vilar, entende que não lhe cabe pronunciar-se sobre questões como estratégia, oportunidade de decisões ou sobre as sanções decididas pelo BdP no âmbito da sua actividade de supervisão.

A divergência entre as duas posições é relevante para se perceber que o desempenho do departamento de supervisão bancária do BdP não é sujeito a qualquer avaliação interna independente. Esta é uma área que tem

estado sob fortes críticas após as irregularidades no BCP e no BPN que passaram ao lado do BdP e, mais recentemente, pela quase falência do BPP.

Questionado há duas semanas, sobre as suas competências nesta matéria, Rui Vilar respondeu ao **Negócios** que o desempenho da actividade de supervisão bancária "não está incluído no âmbito de intervenção do Conselho de Auditoria".

O Ministério das Finanças tem, contudo, uma interpretação diferen-



**O CA é composto por três pessoas a tempo parcial, composição insuficiente para uma avaliação permanente e profunda do BdP, defendeu há duas semanas Paulo Olavo Cunha, especialista em direito das sociedades.**

te, entendendo que "o conselho de auditoria tem competências específicas ao nível do acompanhamento do funcionamento do BdP" e também para, "se necessário, advertir o órgão de administração relativamente a qualquer das áreas de actuação do BdP, incluindo a área de supervisão".

Novamente questionado após a resposta de Teixeira dos Santos, Rui Vilar vem esclarecer o que têm sido os limites das funções que desempenha no BdP desde 1996. "É entendimento do Conselho de Auditoria (e prática seguida desde o seu início) que, dada a independência da função de supervisão, não lhe cabe pronunciar-se sobre a estratégia, os critérios de oportunidade, a aplicação e medida das sanções, nem sobre o conteúdo dos normativos (vg. avisos) emitidos pelo banco no exercício da sua competência na área da supervisão".

O presidente do CA salienta que a Lei orgânica do BdP define que "compete ao banco exercer a supervisão das instituições de crédito... nos termos da legislação que rege a supervisão financeira" e que "esta le-

## O QUE DIZ A LEI DO BdP SOBRE AS FUNÇÕES DO CA (art. 43.º)

### 1 – Compete ao conselho de auditoria:

- a) Acompanhar o funcionamento do Banco e o cumprimento das leis e regulamentos que lhe são aplicáveis;
- b) Examinar as situações periódicas apresentadas pelo conselho de administração durante a sua gerência;
- c) Emitir parecer acerca do orçamento, do balanço e das contas anuais de gerência;
- d) Examinar a escrituração, as casas-fortes e os cofres do Banco, sempre que o julgar conveniente, com sujeição às inerentes regras de segurança;
- e) Chamar a atenção do governador ou do conselho de administração para qualquer assunto que entenda dever ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aqueles órgãos.

gislação é constituída fundamentalmente pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, onde nenhuma função é atribuída ao CA, salvo quanto ao Fundo de Garantia de Depósitos".

Rui Vilar reforça que "há que retirar consequências interpretativas da diferente terminologia usada na Lei Orgânica": ao CA compete "acompanhar o funcionamento... e o cumprimento das leis" enquanto ao Conselho Consultivo compete "pronunciar-se... sobre a actuação" do BdP.

O presidente do CA diz ainda que a prática é idêntica nos restantes supervisores/reguladores, onde "os respectivos conselhos fiscais não se pronunciam sobre o conteúdo da supervisão/regulação enquanto competência independente". E por isso diz que nas suas competências está apenas o acompanhamento do cumprimento dos manuais de procedimentos de todos os departamentos.

Segundo Vilar, "a figura de um não executivo independente que a doutrina da "governance" actual reclama, não se encontra reflectida na Lei orgânica do BdP", e, na Europa "a competência da avaliação dos supervisores/reguladores está em alguns casos, cometida aos Parlamentos, directamente e/ou através de membros por eles designados". Por seu lado, o Ministério das Finanças garantiu ao **Negócios** que "não está a ser analisada qualquer questão neste domínio. A atenção do Governo está, neste momento, concentrada, sobretudo", na resposta à crise.





ID: 23228638

24-12-2008

# Supervisão

## Rui Vilar em choque com ministro das Finanças



Rui Vilar, presidente do conselho de auditoria do Banco de Portugal, em divergência com o Governo





## editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



# Quatro casamentos e um funeral

➔ O BPN, BPP, sector automóvel, Finantia, Qimonda são todos casos diferentes onde já grassa o erro. Hoje escrevemos sobre isso. Não consta que Belmiro de Azevedo e Henrique Granadeiro tenham estado no Fórum das Esquerdas e sido iluminados pelo discurso de Manuel Alegre contra as ajudas aos bancos. O que os aproxima então, a eles e a Jorge Sampaio, na oposição ao intervencionismo estatal no BPN e BPP?

Fernando Ulrich atirou-se a esses quatro perigosos opositores ontem, em entrevista ao "Público", recomendando-lhes que falem menos. É natural que os banqueiros nos queiram de bolinha baixa, mas talvez seja aceitável que aqueles que estão a injectar dinheiro na banca, em aumentos de capital da Caixa, em nacionalizações e em garantias aos bancos, tenham, pelo menos, opinião. Mesmo que, ó heresia!, se questione este pensamento único que nem a oposição política contesta: à esquerda do PS, o PCP está preocupado com o Bloco e o Bloco parece consumido pela desilusão de a crise não ter ainda chegado com toda a força; à direita, o PSD mantém-se um saco de gatos e o PP comporta-se como uma gata com cio pondo-se a jeito do PS.

Criticar a salvação dos bancos não tem apenas a ver com ideologias mais ou menos retrógradas, assim como a intervenção do Estado não teve a ver com esquerda, direita, socialismo ou capitalismo. Foi por sobrevivência e foi correcta. No início.

No início foi o BPN. Embora o problema deste banco não resultasse da crise financeira (foi agravado por ela), a salvação impôs-se às alternativas. Havia-as: uma era aceitar a proposta de Cadilhe, de a Caixa injectar dinheiro no BPN, recapitalizando-o. Fê-lo depois no BPP mas não no BPN: naquela altura, de pré-coloapso total na banca, o País não podia correr o risco de a notícia do BPN correr mal e contagiar todo o sistema.

No BPP, o caso é diferente. Foi emprestado dinheiro ao banco, com garantias do Estado,

parte do qual rapidamente foi resgatado pelos clientes. Esse novo dinheiro não está a salvar o BPP, que provavelmente caminha para um desmantelamento controlado. Ainda não está explicado por que razão os bancos acudiram ao BPP e houve garantias de Estado. Provavelmente, porque pagaram a si mesmos o que o BPP lhes devia, adiando o mal parado. Possivelmente, porque não é mau ficar a ter os grandes accionistas do BPP a dever favores.

A maneira mais fácil de garantir depósitos teria sido transferi-los para a Caixa, que por sua vez ficaria credora preferencial do banco em liquidação. A vantagem seria o controlo dos danos, que de outra forma se agigantam. Em prejuízo da Caixa. Aí Ulrich está coberto de razão: a Caixa não pode ser o saco azul do partido do poder, que tem acesso a capital em condições anti-concorrenciais e que, como tem dez milhões de accionistas mas só obedece a uma pessoa, está a gastar o dinheiro como nenhum banco privado gastaria. A Caixa corre o risco de transformar-se num fundo soberano que faz intervencionismo político nas empresas. No final desta crise, a Caixa poderá estar com a rentabilidade arruinada e só não lhe faltará capital porque os impostos o vão aumentando.

O voluntarismo de salvar tudo e todos, bancos, minas, empresas, PME, funcionários públicos, empresas de calçado, etc. é uma missão impossível. Se fosse hoje, Pedro Caldeira não teria falido, os seus clientes não teriam ficado arruinados e o País inteiro seria intimado a concordar sob o dogma de que não nada se pode pôr em causa. Acha mesmo que estamos a andar para a frente? Não: estamos a andar em círculos e, pior, às arrecuas. Salvar tudo não é salvar a economia, é salvar a face.

PS: Quem apresenta a criação de uma "holding" entre a CGD e a Parpública a 23 de dezembro às 21 horas só pode querer que não se dê por isso. Porque será?